

PERCURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA EM CRÍTICA CULTURAL

Pollyanna Araújo Carvalho¹

Resumo: Trata-se de um percurso a respeito do objeto de estudo sobre a Dívida Pública Brasileira e as estratégias para enfrentar os dispositivos de poder. Tomando como problema se seria o desvelamento do sigilo da dívida pública de nações dependentes como o Brasil um fator de impacto para a consciência social, apresentamos os seguintes objetivos: estabelecer uma semiologia da dívida pública e sua auditoria; mapear as instituições e dispositivos que estabelecem e controlam os conceitos e as práticas do endividamento público. A metodologia será a pesquisa bibliográfica partindo das contribuições de Agamben (2009) a respeito dos dispositivos, Fatorelli (2015) sobre questões da dívida pública, auditoria cidadã, dentre outros teóricos. Feita a leitura da teoria, crítica e historiografia do sistema da dívida, comporemos e analisaremos um conjunto de dados, cujos resultados espera-se que seja: a definição da forma da dívida; um levantamento bibliográfico multidisciplinar crítica ao sistema da dívida; a descrição das práticas do sistema financeiro; um listamento das instituições e dispositivos. Em suma, considerando que transparência é um conceito mais amplo do que o de publicidade, e de que não se sabe, ainda, que forças movem a figura do sigilo sobre o sistema da dívida, é fundamental que a investigação, a pesquisa e o debate politizem a questão.

Palavras-chave: Dívida pública Brasileira; Dispositivos; Auditoria; Crítica Cultural.

INQUIETAÇÕES SOBRE O MESTRADO EM CRÍTICA CULTURAL

Passado seis anos que me graduei em Administração, morando e trabalhando na cidade de Alagoinhas, me deparei na pesquisa sobre uma Pós e um Mestrado a priori na minha área de formação. Pesquisando na internet me matriculei em uma Pós Graduação em Finanças e Controladoria na cidade de Feira de Santana e como já conhecia à Universidade do Estado da Bahia Campus II por pessoas próximas, nos cursos de Educação Física, História, Análises de Sistemas, Biologia e apenas uma pessoa do Curso de Letras, que estava na época tão descontente com o curso que nem me interessei em questionar o porquê de tantas fissuras entre Vernáculos, Inglês e Francês. A respeito dessa resposta prefiro não adentrar por não ser o foco/objeto desta pesquisa e sim de curiosidade pessoal.

Voltei novamente à internet, pesquisei sobre os Mestrados em Administração e nas Universidades pesquisadas as aulas seriam em dias de segunda-feira e terça-feira na cidade de Salvador, mediante conversas com a chefia imediata, me relataram que seria inviável a liberação nestes dias, haja vista que os fluxos de pagamentos eram grandes nesses dias. Fazendo uma leitura crítica também percebi que na área de administração analisar sob alguns aspectos trava e engessa o pensamento, em uma outra área de conhecimento existia uma concepção de abertura, que poderia anular um sistema fechado, de certa forma formatado.

¹ Mestranda em Crítica Cultural pelo programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – DEDC *Campus II* – Alagoinhas, linha de pesquisa 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida, orientanda do Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos. Bolsista da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Endereço Eletrônico: pollyannacarvalho1@hotmail.com. Aluna regular do período 2017.1.

Então resolvi entrar no site da UNEB – Alagoinhas e pesquisei sobre as linhas do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, dentro de tantas abas e informativos observei que estava no último dia para inscrição como aluna especial. Fiquei encantada pela Linha 1, lendo a ementa da disciplina Literatura, Cultura e Modos de Produção, enxerguei ali a oportunidade de vivenciar uma pequena porção dessa experiência acadêmica em Letras na tentativa de entender a proposta não só da disciplina como também do Mestrado, mesmo vindo da administração com as discussões, tinha noção que em crítica cultural emergia novas perspectivas e leituras, que na minha área de formação não seria possível, por isso poderia confirmar nas aulas minha intuição e decidir se faria a prova para aluna regular.

Lembro-me das primeiras leituras realizadas no curso, como aluna especial. Foi no decorrer das aulas, ministradas pela professora Jailma Moreira que iniciei o exercício de tentar pensar como crítica cultural. Pensar em projetos, ouvir os colegas falando de seus objetos e sujeitos de pesquisa, o exercício de observar um prisma da crítica cultural e ponderar como crítica cultural não foi um aprendizado fácil, já que na minha cabeça os números falavam mais alto. Mas como pensar em números e não pensar nas letras que os explicam? Nos discursos, nas análises que fazemos, nos pensadores dos mais tradicionais aos mais novos que estão no nosso vocabulário e por vezes nem percebemos. Implicava também pensar não só em uma literatura, todavia em uma literatura menor, nas minorias, nos subalternos, nas mulheres silenciadas que esgaçavam todas as possibilidades e das brechas faziam surgir seus primeiros escritos, gritos, cantorias, artes, vislumbres de muitos conceitos e permitir ser atingida, pois também me constituíam enquanto sujeito.

Ao final da disciplina teve o VIII Colóquio Modos de Produção e Circulação Cultural e o I Colóquio em Metodologia em Crítica Cultural e seus Modos de Produção realizado na comunidade do Buri, localizado em Alagoinhas e as discussões que lá ocorreram com os diversos professores da UNEB, das professoras do ensino fundamental da localidade, com alguns moradores relatando, seus anseios de representantes do Partido dos Trabalhadores, dos colegas mestrados, percebi a infinidade de possibilidades em um campo tão fértil, aberto para novas percepções e ali eu decidi que era esse Mestrado em Letras que deveria fazer.

Com a aproximação de uma nova seleção para aluna especial resolvi me inscrever na disciplina de Cultura e Biopolítica, em que o processo de Cultura é de homogeneização das expressões, do comportamento, sendo preciso entender de uma maneira mais ampla, traçando um viés que está intimamente ligado nas formas de controle, (nas relações de força ou seria nas relações de jogo?) Qual a materialidade da cultura? Surgindo nas discussões o Surrealismo como movimento heterogêneo que frustra as expectativas, trazendo diversidade de práticas artísticas sem regras precisas, sem unidade estilística, decompondo a ordem simbólica de apreensão da realidade. As imagens trazidas por meio de fotografias, vídeos, filmes, questionamento de situações e inúmeros artefatos e coisas abjetas ao nosso cotidiano,

percebe-se o olhar nas entranhas não de uma forma histórica puramente, mas uma forma mais genealógica – de que maneira o homem valora em cada período determinada coisa? Como valora? Como vê no momento? As coisas são desinventadas. Finalizando a disciplina montamos um dicionário heterológico com os mais diversos termos e expressões que surgiram no decorrer das leituras.

Dito isto, o aditivo dessa nova disciplina me impulsionou a buscar leituras diversas e agregou muito para que eu voltasse a me debruçar sobre os livros e ver nas leituras obrigatórias para a seleção foi uma em especial, o rizoma sob a perspectiva de abertura “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”, (DELEUZE; GUATTARRI, 1995. p. 8), ou seja, perpassa por várias áreas de conhecimento, com inúmeras possibilidades de começos, recomeços, e, foi nas várias leituras rizomáticas que percebi o total envolvimento das letras e dos números, fazendo um diálogo bem pertinente nesse labirinto chamado Brasil. Cada etapa que passei como aluna especial, nos envolvimento com o Anfiteatro assistindo aos filmes chineses, na Fábrica de Letras, nos Periódicos, auxiliando nas organizações de eventos e no primeiro dia de aula como aluna regular, senti que estava no Mestrado diferenciado com professores que vão além dos títulos, pela generosidade, cumplicidade, humildade, acolhimento e abertos para as diferentes áreas que confluem nessa transdisciplinaridade de formações pessoais e acadêmicas.

A princípio fiz um projeto sobre o Mercado de Artesão desta cidade, sendo aprovada e agora como mestranda regular do programa, ao encontrar para a minha primeira orientação ao desabafar todas as angústias que atravessavam o meu projeto, falar sobre as minhas expectativas, relatar os problemas que os sujeitos daquela localidade passavam, tivemos ideias transversais para pensar esse Mercado e fazer uma comparação com o Mercado da Paraíba, pois este possui uma organização diferenciada, com um mapa dos artesãos, trabalham com exportação dos artesanatos que eles fabricam e fui para casa com o desafio de entrelaçar esses fios de convergência e divergência.

Ao chegar em casa eram tantas dúvidas que brotavam, eram tantas possibilidades que fui até o Mercado conversar com o pessoal, fui de box em box para falar sobre o projeto, observar e analisar tentando tomar distância dos sujeitos de pesquisa e cada um me relatava uma adversidade, uma proposta, um anseio, uma frustração, as vaidades, as relações invisíveis de hierarquia que prejudicam a eles mesmos e me entristeci ao perceber que os problemas eram tão maiores que não bastava só um projeto de reflexão. Seria muito complicado não pensar como uma administradora que com um projeto de intervenção talvez fosse apontar uma matriz de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, logo essa alternativa de adentrar sem a preparação para tomar distância necessária e com os inúmeros embates de egos me fez repensar o projeto.

Na segunda orientação relatei ao meu orientador o quão desanimada eu estava por todas as dificuldades relatadas acima e após um longo diálogo decidimos findar este projeto, para que obtivesse a distância necessária amadurecendo alguns questionamentos para transformá-lo em um artigo. Nessa perspectiva pensamos em um outro objeto de pesquisa que dialogasse com as letras no campo linguístico-literário para pensar com os números e as letras o problema da dívida pública do Brasil, sua semiologia e como se constitui esse sistema da dívida. Então, outro passo foi dado e começamos o projeto do zero para construir essa nova e tão importante perspectiva de pesquisa para os cidadãos brasileiros letrados ou analfabetos que pagam essa conta sem a possibilidade de contestar, dialogar, ou direcionar esse recurso em inúmeros benefícios/direitos para a população.

O objeto de pesquisa escolhido foi a dívida pública brasileira, observando o impacto histórico, administrativo, político, econômico e institucional que estão imersos dentro dessa conjuntura. Quando falamos em sistema da dívida representado por um dispositivo de poder, lembramos da precursora nos estudos sobre ela a Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal aposentada, coordenadora da organização brasileira auditoria cidadã da dívida, foi membro da comissão de auditoria integral da dívida pública no Equador, participou da Comissão Parlamentar de Inquérito no Brasil (CPI) encerrando em 2010 e autora de alguns livros sobre Auditoria da Dívida.

Tive o primeiro contato com Maria Lúcia Fattorelli no Seminário Internacional Dívida Pública, Crise Capitalista e Questão Social, promovido pelo Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais, na Universidade Federal De Alagoas, nos dias 06 e 07 de Julho de 2017. Ao conversar com ela tive a convicção de que precisamos pensar sobre as relações existentes no velamento existente que impossibilita uma auditoria cidadã, entre os arrolamentos mercadológicos que percorrem a sociedade capitalista que estamos inseridos, nos processos de conscientização de classes, e, sobretudo, como, pelo viés marxista, da luta de classes, mais de 2/3 da população ficam a margem do nosso país, e que precisam reivindicar seus direitos de informações claras, concisas que desvele os dispositivos dessa dívida observando quais impactos teria na sociedade, o resultado poderia ser uma revolução da classe alienada que tem seus direitos a educação, saúde, educação e cultura reduzida a farrapos?

Recordo-me de que era a única baiana da área de Administração e mestranda em Letras, representando a Universidade do Estado da Bahia, no meio de tantos economistas, advogados, sociólogos, pedagogos e tantos representantes de frentes sindicais. A primeira pessoa a me recepcionar foi um sindicalista parabenizando-me por estar ali na discussão e ao mesmo tempo com a curiosidade aguçada para saber mais sobre a pesquisa, a Universidade, deslumbrado com o engajamento das Letras numa luta que é tão minha-sua-nossa, da militância, do doutor, do trabalhador, ou seja, por todos que pagam a conta no final.

No final do seu discurso ele me perguntou: Você será crítica cultural, o que vocês fazem? Neste momento recordei das aulas, dos professores, dos colegas e do nosso exercício diário em pensar como crítica cultural. De pronto, respirei fundo e ainda sem ter muita ou talvez nenhuma certeza, respondi, ser crítica cultural é se permitir ser desestabilizada por um texto, ler várias vezes e ter a certeza que cada dia precisamos nos despir dos conceitos eurocentrados, hegemônicos que são tão impostos desde a nossa colonização e após isso perceber que não se faz crítica por crítica, mas por reflexões que geralmente são invasivas, porém extremamente necessárias em um discurso em que a linguagem e a língua são instrumentos de resistência do povo de uma nação dependente como o Brasil.

Inúmeras questões discutidas naquele seminário me marcaram de forma intensa, assim como Agamben, em *Infância e História*, trazendo a noção de como os seres humanos são constituídos na língua, encarando as formas de linguagem para se afirmarem como sujeitos que tem a potência de falar encarando-os como formas de linguagem se constituem socialmente e como está intrínseco no cotidiano, sejam nas nomeações, nos discursos, no modo de expressão dos sujeitos, constatando que é “através da linguagem o homem se constitui como sujeito” (AGAMBEN, 2009, p. 56).

Perceber a transversalidade dos campos de conhecimento, os debates, o condicionamento do sistema de interpretação, com as relações de poder que “formas de poder-saber de nossa sociedade” (FOUCAULT, 1990, p. 67). Foram relatadas diversas experiências sobre a dívida pública dos países como: Itália, Colômbia, Uruguai, Argentina e Equador, em todos esses países percebe-se que o sistema da dívida é muito parecido, ou seja, sem auditorias, sem contestações, onde o mercado é quem dita as normas, corrupção generalizada, subvertida pelo sigilo das informações.

Uma experiência que deveria ser seguida por todos os países, apesar de não ter sido concluída, foi a auditoria da dívida no Equador no ano de 2007 envolvendo diversos países para auditar a dívida. Verificou-se na auditoria que a dívida já havia sido paga e o país tinha créditos com os detentores da dívida, fazendo com que 95% dos bancos assinassem a quitação da dívida, a favor da nova classe revolucionária no poder, mostrando que com atitude e vontade do governante, da classe trabalhadora fortalecida – ainda não tem consciência da sua força, do seu poder produtivo - podemos fazer o mesmo no nosso país.

Outro elemento é a noção de dispositivo que, como crítica cultural, deveria questionar sempre as formas que estão sendo impostas nas diversas esferas de poder que circunscrevem a sociedade mantendo a população alienada, desprovida de informações claras, criando sempre mecanismos para manter a classe trabalhadora desprovida de seus direitos. A palavra-chave que me impulsionou a pensar como crítica cultural foi a semiologia dessa dívida, que refletirei com as contribuições de Barthes (2006):

[...] qualquer sistema de signos, seja qual for sua substância, sejam quais forem seus limites: imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos, se não constituem "linguagens", são, pelo menos, sistemas de significação. (BARTHES, 2006, p. 11).

Ainda sobre a semiologia Barthes (2006) reflete que podemos encontrar formas e não formas, nessa perspectiva a dívida mesmo não apresentando uma forma específica, essa não forma também se constitui como semiologia, “em semiologia, podemos encontrar entretanto sistemas cujo sentido é desconhecido ou incerto” (BARTHES, 2006, p. 70).

REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO DO MEU OBJETO DE ESTUDO

O questionamento sobre a Dívida Pública Brasileira e seus dispositivos é um assunto pouco debatido nas rodas de conversa, especialmente se tratando da sociedade brasileira. Um dos mecanismos de poder se dar no dispositivo, “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Partindo desse pressuposto um dos dispositivos que podemos mencionar permeia a linguagem, que é usada por cada departamento de conhecimento de forma específica e cheia de nomenclaturas, termos, que são pouco conhecidas pela população de massa. População essa, que é grande detentora da produção do capital, que através do trabalho árduo gera riquezas para as grandes instituições e empresários, em troca de salários mínimos e quando vão para as mídias sejam elas impressas ou on-line se informar sobre questões como a dívida pública e seus desdobramentos nos canais disponíveis, esbarram no problema da língua, linguagem e acessibilidade. “É na linguagem e através da linguagem que o homem se constitui como sujeito” (AGAMBEN, 2005, p. 56).

Portanto busca-se perceber a desarticulação dos dispositivos como: publicidade, transparência, linguagem, informação, que permeiam a nossa sociedade e nos direciona alguns questionamentos: Quem inviabiliza o cidadão a ter acesso a dívida e/ou auditoria pública? Como se configura a linguagem disseminada para os cidadãos tido como leigos? Ou, ainda, a linguagem da transparência pública é pensada e escrita só para pessoas do meio acadêmico? Existe essa necessidade de ter uma linguagem pouco acessível? A auditoria cidadã sendo exercida pela sociedade é um dever, ou uma realidade tão aguardada?

Neste percurso de tantas inquietações e com o pensamento voltado para a luta contra uma cultura hegemônica enraizada e ser elevada com mecanismos de transparência acessível tendo em vista um recorte social da heterogeneidade com informações de suma importância para o povo brasileiro e como a desarticulação de dispositivos de controle pode ser libertadora, foi observada certa carência de um estudo para nortear como uma mapa sem tracejo, na tentativa de rabiscar as desarticulações possíveis e como o

povo munido de informações claras e acessíveis podem se tornar ainda mais uma classe forte, com capacidade de reagir e lutar sabendo que seu potencial intelectual não está sendo manipulado.

Logo, o objeto de pesquisa é o conjunto do impacto histórico, administrativo, político, econômico e institucional acerca da dívida pública brasileira, principalmente analisando a auditoria e seus dispositivos, problematizando o desvelamento do sigilo da dívida e ao mesmo tempo avaliando se essa auditoria poderia afirmar o estado como instituição de direito público, capaz de ser controlado pela sociedade civil organizada, em sua produção e trocas intersemióticas. Desta maneira, buscaremos trazer relevância acadêmica através de uma leitura crítica das fronteiras entre a tentativa de construção de desarticulação dos entraves dos dispositivos, que por vezes dão a entender ser um processo cultural de homogeneização, mas ser entendida de uma forma ampla e heterogênea destes mecanismos de poder.

QUESTÕES LEVANTADAS E TENTATIVAS DE COMPREENSÃO

A questão da Dívida Pública Brasileira em seu contexto histórico foi concebida desde o momento que a independência foi decretada, haja vista que assumimos a dívida que Portugal tinha contraído com a Inglaterra. A dívida persiste até os dias de hoje, recortando para a década de 1970, durante a ditadura militar, um dos dispositivos que nos foi negado foi a transparência. A partir deste momento assumimos uma série de empréstimos externos para construir hidrelétricas, siderúrgicas e vários investimentos de infraestrutura.

Segundo Fatorelli (2013) foi durante a CPI da dívida que tentou-se rastrear ou explicar a dívida, no entanto os investimentos gastos naquela época só justificavam 20% da dívida. A CPI é resultado da luta social, que permitiu o acesso a muitos documentos que nós brasileiros nunca tivemos acesso. As constatações mais importantes foram o fato de 80% da origem da dívida não ter sido explicada e que a maior parte dessa dívida foi contraída de bancos privados internacionais e não com o Fundo Monetário Internacional.

A Constituição Federal de 1988, prevê a necessidade de fazer uma auditoria da dívida. Foi criada uma comissão, porém enfrentou gravíssimos problemas políticos e quase não conseguiu trabalhar. Existe um sistema para a dívida que garante um aparato legal que privilegia seu pagamento em detrimento de todos os outros gastos sociais. A exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal em que ela privilegia o pagamento da dívida sobre todos os outros pagamentos.

Para Fatorelli:

Auditoria é mostrar o que realmente é dívida e o que é essa farra do mercado financeiro, utilizando um instrumento de endividamento público para desviar recursos e submeter o País ao poder financeiro, impedindo o desenvolvimento socioeconômico equilibrado (FATTORELLI, 2015).

Outrossim, a auditoria aponta onde estão as irregularidades do sistema. Levando em consideração que é a sociedade quem paga pela dívida, por quê não conseguimos acessar quem são os detentores desta dívida?

A Auditoria Cidadã da Dívida investiga o endividamento público brasileiro (interno e externo) com o intuito de promover uma auditoria cidadã, exatamente pelo fato de estar sendo realizada por cidadãos e para os cidadãos, com isso o site da auditoria é aberta à participação de todas as entidades e cidadãos preocupados com o agravamento dos problemas nacionais dentre os quais o endividamento público exerce papel preponderante.

Ainda no contexto de auditoria da dívida, podemos citar o exemplo do Equador, que criou em 2007 a CAIC² com a finalidade de realizar uma auditoria oficial da dívida pública no país e contou com a participação de organizações sociais nacionais e estrangeiras, universidades e instituições com experiência na investigação do processo de endividamento público. Foram auditados 30 anos de dívida pública. Com o resultado, o presidente determinou a suspensão dos pagamentos aos detentores dos títulos da dívida externa, submeteu o documento a avaliações jurídicas nacionais e internacionais e com o referendo jurídico do relatório da CAIC, que anunciou a decisão de aceitar apenas 25 a 30% do valor dos títulos da dívida externa comercial. Diante da incontestável ilegalidade da dívida, 95% desses credores aceitaram a proposta.

A estrutura da administração pública brasileira é obrigada pela Constituição Federal a prestar contas do uso de recursos públicos e a respeitar o princípio da publicidade, entre outros princípios da administração pública. Desse modo, é notória a necessidade de transparência das contas dos entes públicos e seus órgãos componentes nas administrações direta e indireta, no entanto percebe-se que ainda existe um sigilo sobre os detentores da dívida e comprovação mediante a apresentação dos contratos de aproximadamente 80% da dívida. A transparência é um conceito mais amplo do que publicidade, isso porque uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível.

Neste contexto, Foucault (1996) diz que, a essência está na superficialidade, no que está escrito, dito. Nós somos formações discursivas, por isso percebe-se que se tivermos apropriação na intervenção ou desarticulação dos entraves dos dispositivos que permeiam a linguagem, poderemos ser cidadãos diferenciados de um sujeito formatado pelo sistema.

² Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trajeto retrata parte da minha experiência acadêmica no Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural desde a condição de aluna especial até o percurso como aluna regular. Aponto algumas dificuldades, tentativas de compreensão, desconstruções, inúmeras contribuições e, sobretudo, do crescimento pessoal e intelectual ocorrido neste período.

A trajetória deixa transparecer que a pesquisa “Dívida Pública no Brasil e os dispositivos de poder”, é importante por se tratar de uma pesquisa sobre a configuração institucional e o debate social sobre o tema da auditoria cidadã da dívida pública no Brasil, apresentando um olhar crítico-cultural sobre os pressupostos da disciplina Administração Pública e Privada, bem como estabelecendo as linhas gerais para uma semiologia que demarque as formas e os elementos estruturantes do fenômeno dívida pública e sua auditoria num contexto de capitalismo tardio, rentismo financeiro e globalização reacionária.

Partindo de um pressuposto de que um país que se quer de fato internacional e soberano, e com contribuições decisivas para a humanidade, deve não só fazer uma auditoria rigorosa do sistema da dívida pública, imposto pelo colonialismo ocidental, mas estabelecer outros critérios contra a superexploração da classe trabalhadora por parte dos detentores dos meios de produção capitalista, pretende-se investigar até que ponto o sigilo da dívida pública implica um dispositivo de alienação social ou, ao contrário, se o seu desvelamento significa um ponto de partida para sua superação ou revolução social.

Espera-se com essa investigação não só definir, em outros termos, a forma da dívida, renovar a bibliografia sobre a questão, descrever as práticas corruptas e fraudulentas do sistema financeiro, listando instituições e dispositivos, mas contribuir de forma decisiva para um debate contemporâneo e popular.

Além disso, o tema é de relevância tanto social quanto científica, se propondo a investigar as sombras que emergem na dívida pública, elaborando um levantamento bibliográfico sobre o tema, a elaboração de resenhas, fichamentos de leitura, ensaios, artigos, painéis, relatórios e, sobretudo a dissertação, constituirão um excelente acervo para o Centro de Documentação do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural.

Por fim, necessário se faz, que os aspectos observados até o momento sobre a Dívida Pública no Brasil, implica muitos questionamentos, tensões teóricas apesar do pouco aporte

exclusivamente sobre a dívida, para que se tenha uma averiguação quanto a auditoria, semiologia, as possíveis articulações da sociedade civil organizada para a elaboração e implementação de máquina de guerra, como afirma Moreira (2010) p. 46 “máquina de guerra como um valor que foi recalcado, domesticado, para que se possa criar condições afirmativas e libertárias de sociabilidade”. Sugere também que pensemos: seria o desvelamento do sigilo da dívida pública de nações dependentes como o Brasil um fator de impacto para a consciência social? E é nesse questionamento que reverbera todo o mapa que está se constituindo mesmo que ainda disforme.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 19-78
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, 2009, p. 25-54
- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol. I. São Paulo, Ed. 34. 1995, p. 7-37
- FATTORELLI, Maria Lúcia. *A dívida pública em debate: saiba o que ela tem a ver com sua vida*. Editora Inove, 2012.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. *Auditoria cidadã da dívida pública – experiência e métodos*. Editora Inove, 2013.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. *Entrevista: A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>. Acesso em: 7 de abr. 2017.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. Entrevista: dívida pública consome metade do orçamento. *Revista Caros Amigos*, Janeiro de 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- MOREIRA, Osmar. *Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: UNEB, Quarteto, 2010.